

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 12, N. 1, jan./jun. 2013



Clas. 75321 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.12 n.1
jan./jun. 2013 ex. 2

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, fundada em 20 de outubro de 1971 com a finalidade de dignificar socialmente a profissão, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos - CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos - ALA.

Principais Objetivos


- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacionar com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos e mesas redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congresso, seminários, cursos e palestras;
- Cursos *in company* específicos para atender às necessidades das empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessam pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.

 **Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**

aab@aab.org.br
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
CEP: 20210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

R. 5321

ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO

A revista Arquivo & Administração é uma publicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. O seu primeiro número foi lançado em 1972. São publicados dois números por ano. Os números até 1999 encontram-se digitalizados e à disposição para consulta no site da AAB: www.aab.org.br

The Journal Arquivo & Administração is edited by the Brazilian Archivists Association. Its first edition was launched in 1972. Every year the Association publishes two editions of the journal. The editions up to 1999 have been digitised and are available for users on the AAB website: www.aab.org.br

Editor responsável/General Editor

Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa

Editor técnico/Technical Editor

Dilza Ramos Bastos, Fundação Casa de Rui Barbosa

Conselho Editorial/Editorial Board

Prof. Dr^a. Ana Maria de Almeida Camargo, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia Marañon, Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. José Maria Jardim, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Dr^a. Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa
Prof. Dr^a Luciana Durantí, Chair of Archival Studies at SLAIS (Canadá)
Dr^a. Maria Celina Soares de Mello e Silva, Museu de Astronomia e Ciências Afins
Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ
Prof. Dr. Sérgio Conde de Albite Silva, Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Theo Thomassen, University of Amsterdam (Holanda)
Prof. Dr. Tom Nesmith, University of Manitoba (Canadá)

Conselho Consultivo/Consultant Committee

Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez, Universidade de Brasília
Prof. Dr. Bruno Delmas, Ecole Nationale des Chartes (França)
Prof. Dr^a Janice Gonçalves, Universidade do Estado de Santa Catarina
Prof. Dr^a Johanna Wilhelmina Smit, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. José Augusto C. Guimarães, Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr^a. Ivana Parrela, Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Dr^a. Maria Leandra Bizelo, UNESP
Prof. Dr^a. Maria Teresa Navarro de Brito Mattos, Diretora do Arquivo Público da Bahia do Governo do Estado da Bahia
Prof. Dr. Renato Pinto Venancio, Universidade Federal de Minas Gerais

PER

en. 2

FOCO E ESCOPO

Arquivo & Administração é um periódico especializado que se destina à publicação e divulgação de trabalhos inéditos que contribuam para o avanço das reflexões no campo da Arquivologia e áreas afins. É um periódico aberto para as contribuições de autores da comunidade científica nacional e internacional.

Os trabalhos encaminhados para publicação serão analisados pelo Conselho Editorial da revista. Em situações excepcionais, os trabalhos concorrentes poderão ser encaminhados a pareceristas do Conselho Consultivo com notório saber na área de conhecimento do tema tratado.

Caso o Conselho Editorial ou Conselho Consultivo indiquem a necessidade de alterações ou correções, os trabalhos serão devolvidos ao(s) autor(es) para que realizem os ajustes.

Os originais deverão ser encaminhados à AAB. Nenhum original será devolvido.

A publicação implica a cessão integral dos direitos autorais à Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

Os trabalhos devem ser enviados para:

Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB

Conselho Editorial

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro

20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

e.mail: aab@aab.org.br

A Revista Arquivo & Administração possui as seguintes Seções:

Artigos - Textos analíticos ou ensaios resultantes de estudos e pesquisas (até 9.000 palavras ou, no máximo, 27 laudas).

Depoimentos - Entrevistas com pessoas cujas histórias de vida e/ou realizações profissionais sejam consideradas relevantes (até 6.600 palavras ou cerca de 20 laudas).

Notas de Pesquisa - Relatos preliminares, mais curtos que um artigo, enfatizando objetivos, hipóteses, resultados e dificuldades de pesquisas em andamento, com comentários sobre fontes, métodos e técnicas utilizados e desdobramentos antevistos (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

Dissertações e Teses - Descrição sucinta de dissertações de mestrado e teses de doutorado e livre-docência (400 palavras ou até 1,5 laudas).

Resenhas - Descrição pormenorizada e crítica de obra recentemente publicada sobre aspectos da Arquivologia. A obra a ser resenhada será escolhida pelo Conselho Editorial da A&A (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

FOCUS AND SCOPE

Arquivo & Administração is a journal devoted to Archival Science that aims to publish and disseminate original works that contribute to reflections relating to archives. The journal welcomes national and international authors from the archives and information management community.

All articles submitted for publication will be reviewed by the Editorial Board. In very exceptional situations the submissions might be reviewed by members of the Consultative Committee who are experts on the specific theme to which the text under evaluation relates.

If the Editorial Board or the Consultative Committee decides that the submitted work needs some changes before publication the author will be informed.

The manuscripts will be sent to AAB and will not be returned to the authors.

The publication of the work implies the transfer of the copyright to the Brazilian Archivists Association.

The submissions should be directed to:

Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB

Conselho Editorial

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro

20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

e.mail: aab@aab.org.br

The **Arquivo & Administração** journal has several different sections:

Articles – Theoretical texts based upon in-depth research or reflections (max. of 9000 words or 27 pages).

Testimonials – Edited interviews with people whose biography shows a significant contribution to the archival community (max. 6600 words or 20 pages).

Research – Preliminary comments and findings, shorter in length than a standard article, related to aims, hypothesis, results and difficulties of on going research work, with comments of sources, methods and techniques adopted and anticipated developments. (Max. 3330 words or 10 pages).

Dissertations and theses – Short description of a masters dissertation or a doctoral thesis. (Max. 400 words or 1.5 pages).

Book reviews – Detailed and critical assessments of books recently published about archives and archival science. The book will be selected by the Editorial Board of the journal. (Max. 3330 words or 10 pages).

NORMAS EDITORIAIS

Para submissão dos trabalhos, os autores devem observar as seguintes normas editoriais:

1. Os textos deverão estar redigidos em português, ou nos idiomas estrangeiros, espanhol ou inglês.
2. Os trabalhos deverão ser entregues à AAB em formato Word for Windows, anexados em *e-mail*.
3. Cada trabalho deve indicar a seção da revista a que se candidata (Artigo – Depoimentos – Notas de Pesquisa – Dissertações e Teses – Resenha) e respeitar o número de palavras e laudas indicadas em *Foco e escopo*. Gráficos, tabelas, desenhos e demais anexos são considerados partes do texto.
4. A fonte a ser utilizada é a Times New Roman, tamanho 12 para todo o texto.
5. O título e os subtítulos devem ser grafados em negrito.
6. As citações e transcrições devem ser apresentadas conforme a norma ABNT NBR 10.520.
7. As epígrafes, bem como expressões em língua estrangeira devem vir em itálico.
8. O tamanho da lauda utilizada deve ser A4 (210 x 297 mm);
9. O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5 para todo o corpo do texto, admitindo-se espaçamento duplo apenas para introdução de subtítulos. No caso das citações diretas com mais de três linhas e assim destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, devem ter espaçamento simples entre linhas, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.
10. As margens devem ser: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.
11. A numeração das páginas deve ser colocada no canto inferior direito.
12. Os parágrafos devem ser formatados com recuo de 1,25 cm (padrão Word), sem espaçamento entre um e outro.
13. O alinhamento do título, e do subtítulo (se houver), deverá ser centralizado.
14. As indicações da autoria devem ser alinhadas à direita. Os demais itens deverão ser apresentados com alinhamento justificado, exceto as referências ao final do trabalho que são alinhadas à esquerda.
15. A numeração progressiva deve ser apresentada conforme a NBR 6024 e o indicativo de seção precede o título, alinhado à esquerda, dele separado por um espaço de caractere.
16. Cada trabalho deve seguir as normas da ABNT para publicação de trabalho acadêmico e deve incluir:

a) Título, e subtítulo (se houver)

Devem figurar na primeira página, no alto e centralizados. No idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e

português (no caso do segundo idioma, este deve aparecer após as Palavras-chave, isto é: antes do Abstract).

b) Nome completo do autor ou autores, afiliação institucional ou atividade profissional, titulação, e endereço eletrônico

Os nomes devem figurar abaixo do título do trabalho e alinhados à direita, por extenso e acompanhados de breve currículo que os qualifique na área de conhecimento do artigo. Os currículos e os endereços postais e eletrônicos devem compor no máximo cinco linhas e aparecer em rodapé indicado na página de abertura.

c) Resumo

Resumo informativo com 100 a 250 palavras. Os artigos submetidos em português, espanhol ou francês deverão ter resumo no idioma original e em inglês. Os artigos submetidos em inglês deverão ter resumo, título e palavras-chave em inglês e também em português.

d) Palavras-chave

Palavras-chave no idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e português. Recomenda-se a quantidade de três a cinco palavras-chave.

e) Citações

As citações devem estar em conformidade com a norma ABNT NBR 10.520. Ressalta-se que a menção a autores no correr do texto deve subordinar-se à convenção pela qual o sobrenome do autor, seguido da data de publicação da obra, é colocado entre parênteses (RIOS, 1962), podendo ainda indicar a página (RIOS, 1962, p. 13).

Quando há mais de um título do autor no mesmo ano, usam-se letras minúsculas para diferenciá-los, conforme a lista de referências.

Exemplo: (BELLOTTO, 1988a), (BELLOTTO, 1988b).

No caso de obras com mais de um autor:

- até três autores, é opcional mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada *et al.*, grafada em itálico.
- com mais de três autores, mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada *et al.*, grafada em itálico:

Exemplo:

(FERREIRA *et al.*, 1985);

f) Notas de rodapé

Nas notas de rodapé, as referências serão alinhadas a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas.

g) Tabelas, gráficos e figuras

Devem apresentar títulos (acima), legendas (à direita) e indicação de fonte ou autoria (abaixo).

h) Títulos mencionados no texto

Os títulos e subtítulos de livros, artigos, teses e outras publicações, em qualquer idioma devem ser grafados em itálico e trazer em maiúscula somente a inicial da primeira palavra, a não ser em caso de nomes próprios. O subtítulo é separado do título por dois pontos.

i) Lista de referências

As referências devem figurar na última página, alinhadas à esquerda, em ordem alfabética, em espaço simples e separadas entre si por espaço duplo. Devem ser elaboradas de acordo com a norma ABNT NBR 6023 (textos em português) ou *Chicago Manual of Style* (texto em inglês ou espanhol).

RULES FOR SUBMISSIONS

Overseas authors are invited to contribute to the journal.

The manuscripts should be submitted in English or Spanish in electronic form in a pre-2007 MS WORD version as an email attachment. A strict policy of author anonymity shall be adhered to ensuring that the Committee will only consider each proposal by its own merit.

- 1. The author should indicate the section of the journal in which the work fits (Articles, Interviews, Communications, Dissertations and Thesis and Book Reviews).*
- 2. The work should be produced in Times New Roman, 12, normal, justified, with spacing of 1.5.*
- 3. The size of the page should be A4 (210x297 mm).*
- 4. The authors of the manuscripts written in Spanish should provide a one-paragraph abstract (100-250 words), 4 keywords and the title in English for the text. The Editorial Board will produce an abstract, 4 keywords and the title in Portuguese for the manuscripts written in English.*
- 5. No photographs will be published.*
- 6. The authors should follow the Chicago Manual of Style: <http://www.chicagomanualofstyle.org/home.html> for further instructions.*

SUMÁRIO

- EDITORIAL 3 *Lucia Maria Velloso de Oliveira*
- ARTIGOS 5 Facilitando a geração de arquivos na era do Facebook
Christopher J. Prom
- 21 Políticas arquivísticas institucionais
Caroline Lopes Durce
Renato Tarciso Barbosa de Sousa
- 35 Os arquivos científicos e a legislação espanhola da ciência: seus limites de acesso aos documentos e aos resultados da investigação
Maria José Justo
- 43 Ferramentas Web ao serviço do património documental dos Arquivos Distritais Portugueses
Sofia Margarida de Castro Barros
Correia dos Santos

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Editoração eletrônica: Luiz Eugenio Teixeira Leite

ARQUIVO NACIONAL
Reg. No 75324
23 / 03 / 2017
Biblioteca

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) . - Rio de Janeiro: AAB, 1972-

v. : 23 cm.

Semestral.
Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo- Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD: 025.171

EDITORIAL

O primeiro número da revista *Arquivo & Administração*, de 2013, apresenta aos seus leitores quatro artigos com temáticas relevantes na agenda arquivística: os arquivos e as redes sociais, as políticas institucionais de arquivos, o acesso à informação e ferramentas web. Iniciamos com a tradução de uma conferência apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado de 18 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio das agências de fomento CNPQ, CAPES e FAPERJ, além das instituições públicas Fundação Casa de Rui Barbosa, Casa de Oswaldo Cruz e Arquivo Nacional. O texto original, em inglês, foi publicado no livro *Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI*. O artigo, de autoria do doutor em História Christopher J. Prom, arquivista e professor associado de Administração de Bibliotecas da Universidade de Illinois (EUA), com o título *Facilitating the generation of archives in the Facebook Era*, foi traduzido pela doutora e arquivista do Museu de Astronomia e Ciências Afins, Maria Celina Soares Mello e Silva.

O segundo artigo, *Políticas Arquivísticas Institucionais*, de autoria do doutor Renato Tarciso Barbosa de Sousa, professor assistente do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, e de Caroline Lopes Durce, discorre sobre o conceito de políticas arquivísticas institucionais, bem como pontua os requisitos necessários à sua implementação.

A questão do acesso à informação é apresentada no artigo *Os arquivos científicos e a Legislação espanhola da Ciência: seus limites de acesso aos documentos e aos resultados da investigação*, onde a autora, a doutora e diretora do Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) Maria José Justo, analisa a legislação espanhola considerando a natureza dos arquivos de ciência.

Concluimos esta edição com o artigo, *Ferramentas web ao serviço do património documental dos arquivos distritais portugueses*, de autoria da doutora Sofia Margarida de Castro Barros Correia dos Santos, arquivista e responsável pelo Serviço Educativo/Extensão Cultural do Arquivo Regional da Madeira (Portugal).

Desejamos a todos uma boa leitura e aproveitamos para lembrar que a revista *Arquivo & Administração* é um espaço editorial aberto. Publique conosco!

Lucia Maria Velloso de Oliveira
Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros

POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS INSTITUCIONAIS

Caroline Lopes Durce⁴⁷

Renato Tarciso Barbosa de Sousa⁴⁸

RESUMO

O artigo apresenta excertos de dissertação de mestrado em Ciência da Informação sobre políticas arquivísticas institucionais nas Instituições Federais de Ensino Superior. Busca delinear o conceito de políticas arquivísticas institucionais, bem como a identificação dos requisitos necessários à sua implementação em uma organização. A reflexão proposta orienta-se pelo estudo dos conceitos de políticas públicas e políticas institucionais, na tentativa de correlacioná-los à gestão de documentos e demais aspectos da Arquivística, para o alcance de uma definição para políticas arquivísticas institucionais. Tais políticas devem ter como objetivo a resolução de problemas relacionados aos arquivos institucionais e à gestão de documentos arquivísticos.

Palavras-chave: Políticas públicas. Políticas institucionais. Políticas arquivísticas.

Institutional Archive Policies

Abstract

The article presents excerpts from the dissertation in Information Science about institutional archive policies in Federal Institutions of Higher Education. The article seeks to outline the concept of institutional archive policies and to identify the requirements for the implementation in an organization. The proposed reflection is guided by the study of the concepts of public policies and institutional policies in the attempt to correlate them to records management and other aspects of the Archivist, to reach a definition for institutional archive policies. Such policies should be aimed solving problems related to institutional archives and records management.

Keywords: Public policies. Institutional policies. Archive policies.

⁴⁷ Mestre em Ciência da Informação. Arquivista da Universidade de Brasília. E-mail: carol.durce@gmail.com.

⁴⁸ Doutor em História Social. Professor do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: renasou@unb.br.

1 Introdução

O presente artigo deriva da revisão de literatura de conceitos que foram manipulados em pesquisa para dissertação de mestrado intitulada *Requisitos para implementação de políticas arquivísticas institucionais: estudo do caso da Universidade de Brasília*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB), concluída em 2013.

A pesquisa que originou o artigo teve quatro objetivos principais: a) verificar a existência de políticas arquivísticas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); b) delimitar o conceito de políticas arquivísticas institucionais a partir da identificação dos requisitos necessários para a sua implementação; c) identificar a situação atual das IFES quanto às questões de gestão de documentos e existência de políticas arquivísticas institucionais; e d) avaliar a possibilidade de construção de uma política arquivística pública e única para as IFES.

O enfoque do artigo é a revisão de literatura acerca de política arquivística institucional, buscando-se delinear esse conceito, bem como identificar os requisitos necessários à sua implementação. Para tanto, procurou-se nas ciências sociais e na administração o entendimento do que seriam de políticas públicas e políticas institucionais.

Política é o estudo das relações sociais e está ligada à interação dos indivíduos de uma sociedade em busca do bem comum. As políticas públicas seriam, nesse sentido, resultantes da interação dos atores envolvidos em uma mesma questão social, com base nas regras que moldam as relações entre indivíduos e coletividade, para tomar decisões com o objetivo de solucionar problemas públicos.

As instituições, assim como a sociedade de uma maneira geral, são baseadas em relações sociais. No âmbito das instituições, as políticas também têm como objetivos atender a direitos e oferecer diretrizes para a resolução de problemas, e do mesmo modo que ocorre na sociedade, alguns problemas se sobrepõem a outros.

Os problemas institucionais relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística são os condicionadores para o desenvolvimento de políticas arquivísticas institucionais. Elas seriam uma forma de promover soluções para os problemas gerados pelo acúmulo de documentos sem critérios ou com critérios equivocados; pela ordenação empírica dos documentos; pelas dificuldades de recuperação da informação; pelas eliminações irregulares; pelos investimentos desnecessários; pelo uso inadequado de tecnologias; pela visão setorializada no tratamento dos documentos; e pela falta de espaço físico.

2 Políticas Públicas

A palavra política deriva de *polis* (*politikós*), que significa tudo o que é referente às coisas da cidade, ao que é urbano, civil, público e social (BOBBIO, 1998, p. 954). O termo ganhou força a partir da obra de Aristóteles, de nome "Política", considerada o primeiro trabalho a tratar da natureza, funções e divisão do Estado, bem como das formas de Governo.

Segundo Raymond Aron ([1955?] apud DUVERGER, 1962, p. 20), política é o estudo das relações de autoridade, da hierarquia e forças que se estabelecem no interior de todas as comunidades numerosas e complexas.

Para Hannah Arendt, o termo pode ser substituído pelo termo social quando se refere à condição humana, por estar diretamente ligado à ideia da "aliança entre as pessoas para um fim específico" (ARENDR, 2007, p. 32). Para a autora, "O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras de persuasão, e não através de força ou violência" (p. 35, grifo da autora).

Política está ligada à interação dos indivíduos em sociedade e à procura de um bem comum. Tendo por base a definição de Arendt, pode-se afirmar que é o debate do coletivo que incita a tomada de decisões sobre ações a serem adotadas.

Em países de língua latina, o termo política pode assumir dois sentidos distintos. O primeiro equivalente ao termo inglês *politics*, que se reflete na definição supracitada de Aron e, de acordo com Bobbio (1998, p. 954), seria a forma de atividade ou práxis humana diretamente ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Já a segunda denotação é análoga ao termo *policy*, mais ligada às orientações para a decisão e a ação para o alcance do bem comum da definição de Arendt.

O termo política pública está relacionado ao segundo sentido da palavra "política", pois tratam do conteúdo concreto e simbólico "de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões" (SECCHI, 2010, p. 1). Política, nesse contexto, deve ser entendida como procedimentos que expressam relações de poder e que se orientam à resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos de maneira pacífica.

Celina Souza (2006) resume as muitas definições que se tem do termo e apresenta política pública como sendo

[...] o campo do conhecimento que busca [...] 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26)

Depois de desenhadas e formuladas, as políticas públicas se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas. Quando políticas públicas são implementadas, ficam submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Segundo Silveira (2007):

As Políticas Públicas surgem como necessidades em resposta aos problemas sociais. Devem refletir, portanto, soluções às necessidades identificadas na vida coletiva, nas suas diversas áreas: educação, saúde, trabalho, social, entre outras tantas. (SILVEIRA, 2007, p. 21)

A política pública transcende os problemas sociais; sua essência conceitual é o problema público, seja ele entendido como coletivamente relevante ou não. O problema seria a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível.

Para Rodrigues (2010, p. 13), “Política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas [...]”. Aos grupos ou indivíduos que corroboram o processo das políticas públicas, dá-se o nome, na literatura de ciência política, de atores.

A palavra ator é utilizada, dentro do contexto das políticas públicas para designar todo indivíduo, grupo ou organização que desempenhe algum papel na “arena” política. Entre as várias categorizações desses atores, pode-se destacar a separação de atores governamentais e não governamentais.

Os atores não governamentais, ou privados, têm poder de influenciar na formação de políticas públicas, porém, são os atores governamentais, ou públicos, que de fato têm o poder de decidir políticas.

De acordo com Meyer e Rowan (1977), March e Olsen (1986), e North (1990)

Atores políticos agem e se organizam de acordo com regras e práticas as quais são construídas socialmente, de conhecimento geral, pré-conhecidas e aceitas. Ações individuais e coletivas ocorrem dentro dos limites desses conceitos compartilhados e destas práticas, estas ações podem ser chamadas de instituições e identidades (MEYER, ROWAN, 1977; MARCH; OLSEN, 1986, NORTH, 1990 apud MARCH, 1999, p. 57, tradução nossa).

Dentro do vocabulário popular, o termo instituição é bastante usado para designar organização ou entidade. Porém, no escopo conceitual de ciências políticas, instituições são consideradas com o conjunto de práticas sociais que moldam as interações entre indivíduos e coletividade. Tais práticas são tipicamente disciplinadas por organizações e regras formais, mas estão sempre apoiadas sobre pressupostos específicos cognitivos e normativos.

As instituições exercem grande influência no curso das políticas públicas. Estas não são desenhadas apenas a partir dos anseios dos atores envolvidos, mas também as regras formais e informais que regem as organizações.

As políticas são concebidas como um processo, formado por um conjunto de atividades ou fases sequenciais e interdependentes. Secchi (2010, p. 33) elenca sete fases principais: 1) identificação do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação; 7) extinção. Raramente o ciclo de políticas públicas reflete a dinâmica real de uma política pública. Ele serve para ajudar a organizar as ideias, simplificar a complexidade da política pública e criar um referencial comparativo, mas as fases se misturam e as sequências se alteram.

Na fase de identificação do problema, faz-se necessário definir a questão a ser resolvida, delimitar o foco de atenção, as necessidades e demandas, e ainda as prioridades dentro do *status quo* a ser alterado. Deve-se ainda avaliar a possibilidade de resolução do problema, pois, como costuma-se dizer, um problema sem solução não é um problema.

Vários elementos podem contribuir para a inclusão (ou não) de um problema dentro da agenda pública. Entre esses elementos destaca-se a qualidade da liderança política, mas também são levados em conta o tempo e senso de oportunidade de resolução de uma questão para que a ação do Governo formate uma agenda pública.

Na fase de formulação das alternativas são estabelecidos os objetivos e deliberadas as estratégias conforme as necessidades já identificadas.

A tomada de decisão seria a finalização do desenvolvimento da intervenção, quando os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento do problema público são explicitadas.

Durante a implementação, as regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações. Essa fase deve ser acompanhada de um monitoramento.

A avaliação seria uma análise *a posteriori* dos efeitos produzidos pela política. Segundo Anderson (1979, p. 711, tradução nossa), a avaliação seria o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática”. De acordo com o trabalho de Flores (2009, p.45), entre os aspectos a serem considerados na avaliação de uma política pública, destacam-se: 1) o nível de satisfação dos usuários; 2) a rapidez com que as ações são desenvolvidas: a organização e coordenação das etapas projetadas; 3) as condições de cooperação existentes; 4) os conflitos naturais do processo; e 5) o desempenho das organizações envolvidas na execução de determinada política.

A extinção de uma política pode ocorrer devido à resolução do problema; a percepção da ineficácia dos programas, leis ou ações que ativavam a política; ou ainda pela perda progressiva da importância do problema dentro das agendas públicas.

As políticas públicas são condicionadas por interesses e expectativas sociais. Elas são desenhadas a partir das instituições que moldam as relações entre indivíduos e coletividade, com o objetivo de solucionar problemas públicos. Para que um problema seja qualificado como público, este deve ser considerado pelo Estado e demais atores da sociedade civil como de interesse público.

3 Políticas Institucionais

Na literatura é possível identificar o uso de vários termos, tais como políticas organizacionais e políticas empresariais, para designar políticas adotadas por uma organização institucionalizada. Para fins de padronização dos termos, preferimos o uso de políticas institucionais.

Assim como a sociedade de uma maneira geral, as organizações também se baseiam nas relações sociais. Grimaldi et al (2007) afirma que as políticas estão presentes nas organizações “em virtude de elas serem compostas de indivíduos e grupos com diferentes valores, objetivos e interesses, os quais buscam incessantemente sobrepor suas ideias sobre os outros”. Segundo Umeda e Trindade (2003, p.1), uma política permite à organização “materializar as [suas] definições estratégicas”.

A ambiguidade do termo política, mencionada anteriormente, pode ser observada nas citações acima, a primeira refere-se ao conceito de política equivalente ao termo *politics*, e a segunda denotação análoga ao termo *policy*. Assim como no âmbito das políticas públicas, “política” na esfera institucional é interpretada das mais variadas formas, não existindo unanimidade em sua definição.

Bethlem (1981) elenca dez concepções para o termo política no âmbito organizacional, levantadas em pesquisa com empresas norte-americanas pela *American Management Association*, que são:

- Interesse amplo, direção ou filosofia;
- Declaração dos princípios e objetivos da empresa;
- Objetivos de longo prazo com repercussão sobre o planejamento geral da empresa;
- Metas corporativas ou linhas de orientação, de modo amplo;
- Guias para pensamento e ação;
- Guias de conduta estáveis e de longo prazo estabelecidas para dirigir a tomada de decisões;
- Proposições amplas que possam servir de base às orientações (diretivas);
- Instruções de funcionamento normal;

- Padrões gerais que não sejam alterados frequentemente;
- Procedimentos e normas práticas. (BETHLEM, 1981, p.1)

Apesar da grande confusão de definições, especialmente dentro das organizações, políticas não devem ser consideradas como objetivos, estratégias, regras, métodos, práticas, sistemas, nem mesmo decisões, de maneira isolada, mas sim uma soma de todos esses elementos.

Para Buskirk (1971, p. 146), são cinco as funções das políticas institucionais, a saber: garantir a uniformidade do comportamento na organização; garantir a continuidade das decisões; facilitar o sistema de comunicação entre a alta administração e funcionários; facilitar a tomada de decisão e servir de proteção contra pressões imediatas.

Para Ackoff (1983, p. 29-32), o formulador de políticas deve: estudar a organização como um todo, atentando a suas finalidades; compreender como se dá o fornecimento de insumos, tais como materiais, equipamentos, instalações e serviços, dentro da organização; conhecer a interface do sistema a receber políticas; entender as motivações, necessidades e expectativas dos envolvidos; e compreender e prever a dinâmica das forças ambientais naquele sistema.

Segundo Umeda e Trindade (2003, p. 9), as formulações de “políticas sem uma reestruturação do sistema tendem a revelar apenas uma melhora frágil para os problemas organizacionais”. Para que as políticas institucionais sejam efetivas, é preciso que o formulador se distancie do sistema, e só depois de conhecê-lo, formule um ideal, pois as tradições e costumes podem se constituir em obstáculos, impedindo que as políticas criadas se revelem mais eficazes que as anteriores.

As políticas institucionais são como as políticas públicas, em um universo de menor escala. A sociedade é substituída pelos indivíduos e grupos que compõem a instituição. Assim como as políticas públicas, as políticas institucionais visam solucionar problemas, agora de natureza organizacional, buscando a melhoria dos processos e sistemas que compõem a instituição.

4 Políticas Arquivísticas

Apesar de política arquivística ser um assunto recorrente na literatura da área, não existe um aprofundamento teórico sobre o tema. Frequentemente, ela é confundida com a própria legislação arquivística, mas, como afirma Jardim (2011, p. 201), “A legislação arquivística fornece elementos normalizadores à política arquivística, mas não é em si mesma uma política”.

Ainda segundo Jardim (2003, p. 38), as políticas podem estar explícitas em documentos oficiais, ou implícitas nas práticas recorrentes dentro das instituições. Porém, quando se pensa em uma política a ser adotada em âmbito nacional, pressupõe-se que existam documentos que direcionem as ações.

No âmbito do Estado democrático, as políticas públicas arquivísticas são orientadas “por um conjunto de valores políticos que atuam como parâmetros balizadores à sua formulação e execução” (p. 40), podendo estar apresentadas de maneira difusa em outras políticas, mas devendo sempre estar explícitas.

A promulgação da Carta Constitucional, em 1988, e a publicação da Lei dos Arquivos, em 1991, estabeleceram no Brasil, “pela primeira vez, os princípios que nortearão a política legal de arquivos, até então indefinida por falta de pressupostos legais” (BASTOS; ARAÚJO, 1989-1990, p. 30).

A Constituição Federal preconiza, em seu art. 216, § 2º, que “*Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem*”, sendo esse um dos “parâmetros balizadores” para o delineamento de uma política arquivística.

Como apresentado anteriormente, políticas públicas devem servir às demandas sociais. Para Manuel Vázquez (2005), política arquivística

É aquela política que formula objetivos e propõe os meios adequados para servir aos direitos e às necessidades da sociedade como um todo, das instituições produtoras/receptoras de documentos, de interessados individuais e institucionais e, finalmente, dos pesquisadores. (VÁZQUEZ, 2005, p. 5, tradução nossa).

No caso das políticas arquivísticas, a grande demanda social é a informacional, a garantia do direito constitucional de acesso à informação representa o mote para o desenvolvimento de políticas nacionais de arquivo. No entanto, para que essa demanda seja atendida, é necessário desenvolver políticas que atinjam o âmago da questão arquivística, a gestão de documentos.

Segundo Renato Sousa,

[...] podemos, sim, falar de políticas públicas de arquivo, pois ela carrega a defesa e a garantia de direitos individuais e coletivos. A importância e o valor estratégico da informação arquivística para a sociedade brasileira, como para qualquer outra sociedade, justifica a necessidade da formulação de políticas públicas de arquivo no país. (SOUSA, 2006, p.4)

Ainda quanto à questão do acesso, Jardim afirma que,

As profundas alterações em curso na dimensão informacional do Estado e as crescentes demandas sociais inerentes a esse processo tendem a produzir uma politização iné-

dita sobre os modos de produção, conservação e uso social da informação. (JARDIM, 2011, p. 197)

A politização sobre os modos de “produção, conservação e uso social da informação” culminou na promulgação da Lei de Acesso à Informação (2011a), que vem ganhando cada vez mais destaque no cenário atual. A Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito de acesso, tem proporcionado às áreas de arquivo das instituições públicas maior visibilidade, acarretando uma preocupação maior com a gestão de documentos na esfera da Administração Pública, visando à garantia do acesso às informações.

Políticas públicas arquivísticas e demais políticas públicas de informação – podendo citar as políticas de biblioteca, de tecnologia da informação, de governo eletrônico e de segurança da informação – estão imbricadas, se relacionam e se complementam. Porém, como observa Jardim (2010, p. 193), quando da implementação de políticas arquivísticas, as demais políticas de informação tendem a ser ignoradas, podendo acontecer também o inverso.

Para Sylvia Andrychuck,

Políticas de informação tendem a focar questões específicas e, às vezes, a serem fragmentadas, sobrepostas e contraditórias. Reconhecendo que não existe ‘uma única política (policy) que abarque tudo’ (ANDRYCHUCK [200-?] apud SILVA, 2008, p. 71; apud. JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 8).

As políticas arquivísticas existem para responder a problemas políticos do campo dos arquivos dentro do âmbito das políticas informacionais. É essencial que haja diálogo entre as políticas arquivísticas e as demais políticas informacionais, pois elas apresentam alto grau de transversalidade.

A informação governamental, contida nos documentos de arquivo, além de servir como insumo para a construção da memória e da história nacional, deve ser reconhecida como um recurso necessário à democracia, às decisões econômicas entre outras decisões que afetem diretamente a sociedade. A informação contida nos documentos de arquivo é recurso estratégico tanto para as tomadas de decisão por parte da administração pública quanto para a consolidação da cidadania.

Segundo Silva (2008, p. 20), “[...] em relação à informação arquivística governamental, o Estado brasileiro tem sido incapaz, historicamente, de garantir a sua preservação, apesar de suas responsabilidades legais e operacionais na questão”. Ainda segundo o autor, na mesma obra, “Sem políticas públicas arquivísticas, tende a ser menor a possibilidade de se preservar, de forma contínua a informação governamental [...]”.

Como afirma Lucia Maria Velloso de Oliveira na apresentação do livro de Albite Silva (2008, p.11), “*para se assegurar uma maior longevidade desses documentos [arquivísticos] é necessário incluir a discussão no planejamento estratégico das instituições e efetivamente implantar gestão documental*”.

Para Renato Sousa (2006), “*Os objetivos de políticas públicas de arquivo devem ser pautados, inicialmente, pelo direito do cidadão à informação e, também, pelo apoio à administração, à proteção da memória e ao desenvolvimento científico*”. Além de assegurar direitos estritamente vinculados a ela, “*A política pública de arquivo é matricial, pois o sucesso obtido em sua implementação fornece às outras políticas públicas informações necessárias as suas formulações*”.

5 Políticas Arquivísticas Institucionais

Diante do exposto, podemos afirmar, por analogia, que as políticas arquivísticas institucionais teriam como objeto de preocupação as questões relacionadas à gestão de documentos e demais objetos da Arquivologia, porém, no contexto institucional. Seu objetivo seria a resolução de problemas relacionados aos arquivos, documentos e informações arquivísticas, visando atender às necessidades informacionais da organização, de maneira a apoiar suas funções e atividades.

De acordo com o CONARQ,

A política de gestão arquivística de documentos deve ser formulada com base na análise do perfil institucional, isto é, de seu contexto jurídico-administrativo, estrutura organizacional, missão, competências, funções e atividades, de forma que os documentos produzidos sejam os mais adequados, completos e necessários. Além disso, deve estar articulada às demais políticas informacionais existentes no órgão ou entidade, tais como políticas de sistemas e de segurança da informação. (BRASIL, 2011b, p. 19)

Ainda segundo o conselho, a política deve ser “*iniciada com uma declaração oficial de intenções que especifica, de forma resumida, como será realizada a gestão no órgão ou entidade*”.

A oficialidade pode ainda não trazer legitimidade suficiente, pois representa sugestão de mudança na cultura organizacional. A declaração deve alcançar todos os níveis da instituição e sua comunicação deve vir acompanhada da conscientização de todos os envolvidos. Ela pode ser complementada por manuais de gestão de documentos e demais instrumentos arquivísticos a serem utilizados pela instituição.

Para que a política seja efetivamente implementada são necessários o apoio da administração superior, a alocação dos recursos para o alcance de seus objetivos, bem como a indicação de unidade político-administrativa responsável por sua implementação.

6 Considerações Finais

Política arquivística institucional pode ser definida, a partir do estudo apresentado neste artigo, como o conjunto de premissas, decisões e ações que abarquem questões relativas à gestão de documentos e demais aspectos relacionados aos arquivos institucionais, objetivando a manutenção da informação arquivística, primeiramente para apoiar suas funções e atividades e, secundariamente, para atender às necessidades informacionais da sociedade, de uma maneira geral.

Para que se formulem políticas institucionais efetivas, é preciso compreender o sistema no qual elas serão aplicadas. Não somente a área específica de atuação da política, seja arquivo ou qualquer outra área, mas de todos os processos que compõe a organização, de modo que a política possa ultrapassar as barreiras departamentais.

Além do reconhecimento da totalidade do sistema, devem ser considerados requisitos para implementação de uma política arquivística institucional:

- reconhecimento da necessidade de sua elaboração;
- apoio da administração superior;
- eleição de premissas norteadoras;
- estudo da instituição como um todo e dos sistemas que a compõem;
- diagnóstico da situação da gestão de documentos e identificação das necessidades informacionais da instituição;
- declaração oficial de intenções da política;
- indicação de unidade político-administrativa responsável pela gestão da política;
- envolvimento de todos os níveis institucionais;
- elaboração de manuais de procedimentos e outros instrumentos arquivísticos que orientem as ações;
- alocação de recursos em infraestrutura física e tecnológica adequada aos objetivos da política;
- investimento em capacitação dos funcionários; e,
- adequação do quadro profissional da instituição frente às necessidades de gestão de documentos.

Não existem fórmulas predefinidas para resolução de problemas relativos à gestão de documentos demais questões ligadas aos arquivos institucionais. No entanto, para que a política arquivística seja formulada e efetivamente implementada em uma instituição, é essencial delimitar os requisitos elencados.

REFERÊNCIAS

- ACKOFF, Russell L. **Planejamento Empresarial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1983. 109 p.
- ANDERSON, Charles W. The place of principles in policy analysis. **American Political Science Review**, [S.l.], v. 73, n. 3, p. 711-723, Sept. 1979.
- ARENDETT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.
- BASTOS, Aurélio Wander Chaves; ARAÚJO, Rosalina Corrêa de. A legislação e a política de arquivos no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, 4-5: 19-33, jul. 1989-jun. 1990.
- BETHLEM, Agrícola de Souza. **Política e estratégia de empresas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Dois S. A., 1981, 236 p.
- BOBBIO, Norberto. **Política**. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1998. v. 2.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, 5 out. 1988. Anexo, p. 1.
- _____. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, DF, 9 jan. 1991. Seção 1, p. 455.
- _____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, DF, 18 nov. [2011a] p. 1. Edição Extra.
- _____. Conselho Nacional de Arquivos. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [2011b]. 136 p.
- BUSKIRK, Richard Hobart. **Business and administrative policy: text, cases, incidents and readings**. New York: Wiley, 1971. 505 p.
- DUVERGER, Maurice. **Ciência Política: teoria e método**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. 437 p.
- FERRERA, Maurizio. **Le trapolle del welfare**. Bolonha: Il Mulino, 1998. 168 p.
- FLORES, Antônio Joreci. **A contribuição da sociedade civil na implementação de políticas públicas: estudo de caso da política de eletrificação rural na Região do Médio Alto Uruguai/RS/Brasil**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009.

GRIMALDI, Wilianson et al. Políticas organizacionais e comprometimento organizacional em uma instituição de ensino superior privada da cidade do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 4., [22-24 out.] 2007, [Rio de Janeiro]. **Artigos**. 15 p. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos07/1345_artigos2007eget.pdf>. Acesso em: 29 out. 2012.

JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana. (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Brasil, 2003. p. 37-45.

_____. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 197-213, mar. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/409/283>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

_____. **Políticas y sistemas de archivos**. México: Secretaria General Iberoamericana – Red de Archivos Diplomáticos Iberoamericanos, 2010. 256 p.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite Silva; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2-22, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362009000100002&script=sci_arttext> Acesso em: 8 nov. 2012.

MARCH, James G. **The pursuit of organizational intelligence: decisions and learning in organizations**. Malden, Massachusetts: Blackwell Business, 1999.

O'TOOLE JR, Laurence J. Interorganizational relations in implementation. In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon. **Handbook of public administration**. London: Sage Publications, 2003. p. 234-244.

OWENS, Richard N. **Introduction to Business Policy**. Homewood, Ill.: R. D. Irwin, 1958. 474 p.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. (Folha Explica).

SCHMITTER, Phillippe C. Reflexões sobre o conceito de política. In: BOBBIO, Norberto et al. **Curso de introdução à Ciência Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984. p. 31-39.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008. 284 p.

SILVEIRA, Andrea Fernanda et al. **Caderno de psicologia e políticas públicas**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007. 50 p.

SJÖBLOM, Gunnar. Problemi e soluzioni in politica. In: **Rivista Italiana de Scienza Política**. XIV, n. 1, p. 41-85, abr. 1984.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006.

SOUZA, Celina Maria de. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jun./dez., 2006.

UMEDA, Guilherme Mirage; TRINDADE, Christiane Coutex. Possíveis definições para as políticas empresariais: um estudo bibliográfico. In: SEMAD, 7., São Paulo, Fea- USP, 2003. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/>>. Acesso em: 29 out. 2012.

VÁZQUEZ, Manuel. **Hacia una política archivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. 20p. (Scripta, 8).

OS ARQUIVOS CIENTÍFICOS E A LEGISLAÇÃO ESPANHOLA DA CIÊNCIA: SEUS LIMITES DE ACESSO AOS DOCUMENTOS E AOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Maria José Justo⁴⁹

1 Introdução

No presente momento, Espanha, assim como outros países, preocupa-se pela democratização do acesso à informação.

Esta informação, de carácter científico e tecnológico, será regulamentada por várias leis, tais como a *Ley 14/2011 de la ciencia, tecnología e innovación*, o *Real Decreto 99/2011, de 28 de janeiro*, que regulamenta o ensino oficial do Doutorado e a *Ley de 2/2011, de 4 de marzo, de Economía Sostenible*.

Estas leis regulam o acesso livre e pretendem garantir o acesso dos cidadãos às publicações científicas, sobretudo aquelas realizadas com fundos públicos, ainda que haja limitações em relação às investigações onde existam convênios de confidencialidade ou geração de patentes.

Dito isto, passaremos a definir o que na Espanha se entende por Arquivos científicos, destacando aqueles que são exclusivos e os que formam um fundo documental dentro de outros arquivos.

2 Arquivos Científicos. Definição. Espanha

Os arquivos científicos são, em realidade, fundos documentais produzidos por pessoas individuais ou por coletivos, que contêm os trabalhos e seus resultados.

Assim, podemos dizer que em todos os arquivos existem fundos de carácter científico.

Outra particularidade é que podemos encontrar estes fundos não somente em Arquivos, mas também em Museus e Bibliotecas.

Na Espanha existem dois importantes fundos de carácter científico, o do arquivo do Museo Nacional de Ciencia y Tecnología e os fundos documentais do Centro Superior de Investigaciones Científicas (CSIC).

⁴⁹ Doutora e Directora do Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha).